

O Magrebe e o Gharb al-Andalus

Testemunhos arqueológicos e simetrias culturais (séculos VIII-XIII)

Rosa Varela Gomes

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Antecedentes

Hoje, depois dos trabalhos de Fernand Braudel (1978), é quase uma ideia comum, entre os historiadores, considerar-se que a Península Ibérica e o Magrebe constituem, em termos civilizacionais, margens de uma mesma grande região, ou seja, do mesmo mar interior, o Mediterrâneo. De facto, a proximidade geográfica e as afinidades culturais entre aqueles territórios extremos de dois continentes do Velho Mundo remontam aos longínquos tempos pré-históricos, talvez mesmo ao período da hominização da Europa, quando os estreitos de Gibraltar e Sículo-tunisino foram vencidos por grupos de remotas comunidades humanas, nunca deixando depois de ser cruzado em ambas direcções. E, também, aquando da colonização fenícia do Ocidente, como durante os períodos de domínio político – militar cartaginês e romano, a grande via de comunicação em que se transformou o Mediterrâneo, haveria sempre mais de unir as suas duas margens do que separá-las, proporcionando forte interacção económica mas, também, miscigenando as sociedades que de um e outro lado se encontravam.

Tal panorama manteve-se durante a Alta Idade Média e atingiu, em território hoje português, maior repercussão dos seus reflexos entre os séculos VIII e XIII, quando ocorreu a islamização de parte daquele espaço e fortes contributos ideológicos e culturais, exógenos, alteraram entre os provindos do Próximo Oriente e os com origem norte-africana. Todavia, no que respeita aos testemunhos arqueológicos, são preponderantes aqueles últimos, nomeadamente quando o Gharb al-Andalus (o Extremo Ocidente Peninsular) fez parte do conjunto de províncias dos impérios Almorávida e Almóada, colocado sob a mesma administração política mas, também, unido ao mundo magrebino através da Fé.

História e Arqueologia muçulmanas em Portugal

Conhece-se, por ora, muito pouco da passagem, no Gharb al-Andalus, entre os tempos tardo-romano ou visigótico-bizantino e os primeiros anos da administração muçulmana, não só em relação às estruturas socioeconómicas e ideológicas como, em geral, no que concerne aos vestígios da cultura material, designadamente das arquitecturas civil, religiosa e militar, ou dos espólios quotidianos.

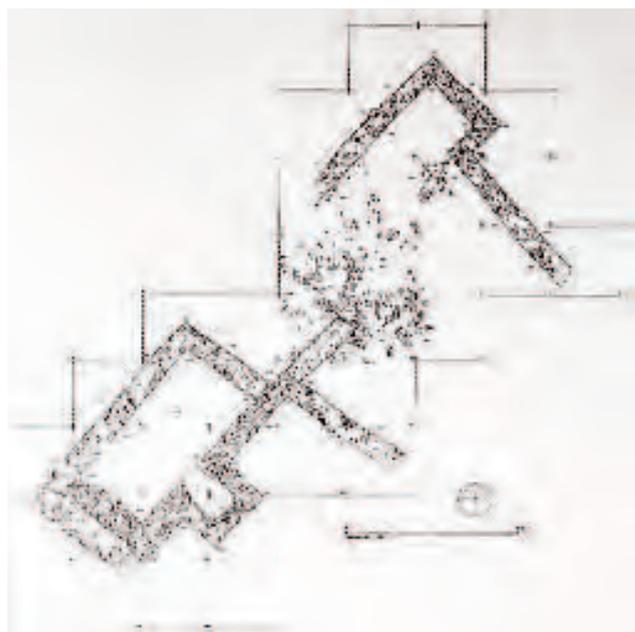
Dos primórdios da permanência islâmica naquela região, apesar da escassez de documentos contemporâneos, tem sido possível efectuar, com alguma precisão, sequência cronológica dos principais acontecimentos históricos, sobretudo através de documentos escritos, verificando-se, no entanto, que em termos arqueológicos existia, até muito recentemente, enorme vazio. De facto, quase não se atribuíam testemunhos a períodos anteriores ao século x, ignorando-se os variados contributos importados por uma socie-

dade complexa, pelas suas diversificadas origens e perfil sociocultural, durante cerca de duzentos anos.

Aquele aspecto pode relacionar-se com factores distintos, como o interesse pelo estudo dos impressionantes vestígios da Antiguidade Clássica, cuja monumentalidade e os conceitos a eles ligados, herdados da Renascença, fizeram preferir a investigação de períodos ulteriores, considerados em geral como decadentes, mas também devido à incompreensão das diacronias culturais dos cerca de cinco séculos correspondentes à permanência muçulmana no Extremo Ocidente Peninsular, julgados como um todo e conforme, infelizmente, ainda não raro acontece.

A islamização do território hoje português, tal como do Magrebe, terá ocorrido com dinâmicas distintas; uma veloz, tal grande vaga que alastra sem obstáculos e que se impõe nos grandes centros populacionais, através dos seus líderes religiosos e político-militares, enquanto em paralelo se desenrola processo em continuidade,

Ribát da Arrifana, Aljezur, século XII. Vista e planta de uma das mesquitas do (Sector 2). Escavações de Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes. Fotografia de M. V. Gomes



mas lento, de entrosão do islão nos pequenos núcleos urbanos e, em especial, nos espaços rurais. Este sistema haveria de permitir a coexistência de populações exógenas, tanto magrebinas como orientais, que em verdadeiras etnomigrações se instalaram no Gharb, com outras de peninsulares islamizados, a par de significativas comunidades moçárabes e judaicas.

A previvência ocupacional das áreas habitacionais foi quase uma constante, tanto relativamente aos espaços edificados urbanos como rurais, conduzindo à reutilização de estruturas tardo-romanas, introduzindo-se as naturais adaptações e transformações. Assim se tentou responder a novos conceitos de habitar e às recentes funcionalidades derivadas das alterações económicas e sociais ocorridas.

Textos de autores muçulmanos que descrevem o Sul da Península Ibérica, entre o século x e o século xiv, transmitem importantes informações de carácter geográfico, mais ou menos desenvolvidas, aspectos das suas riquezas naturais e importância, tal como referências de índole etnológica, administrativa, militar, económica e cultural (Blázquez, 1901; Lévi-Provençal, 1938, 1953; Miranda, 1953; Salgado, 1991).

Graças àqueles testemunhos, temos conhecimento não só do nome das mais importantes cidades, como dos núcleos urbanos fortificados que delas dependiam ou de pormenores específicos como, por exemplo, o número de portas existentes nas medinas de Lisboa ou Coimbra. Dispomos, também, de lápides comemorativas de determinadas construções, de alguns testemunhos arquitectónicos, de atribuição cronológica pouco precisa, e de escassas inscrições funerárias (Borges 1998, 236-255).

Para a compreensão daqueles tempos devem considerar-se, de igual modo, textos cristãos, como diversas crónicas, ou os relativos tanto à conquista de Lisboa como de Silves, tal como os forais concedidos, pelos primeiros monarcas por-

tugueses (Lopes, 1895; Pimenta, 1982). Ali se registaram preciosos elementos sobre alterações urbanas, o estado de conservação de determinadas edificações, assim como conhecimentos de carácter económico e técnico que, de algum modo, podem contribuir para a possível reconstituição da vida das populações de certos núcleos urbanos e regiões durante o domínio muçulmano.

Dos Omíadas aos primeiros reinos de Taifas

A integração, no século viii, do al-Andalus no Emirato Omíada de Damasco, além de ter dado origem à união, em termos religiosos, políticos e administrativos, de vasta região que incluía as duas orlas do Mediterrâneo Ocidental, provocou transformações na organização e valorização de determinados agregados urbanos, assim como no quotidiano das populações.

O controlo de tão vasto território, embora efectuado em datas distintas, deve ter ocorrido de modo similar, contando com a construção de dispositivos defensivos que cercaram importantes núcleos urbanos já existentes, conforme se verificou em Tânger ou Silves. Também então se construíram fortificações, no litoral e nas zonas de fronteira, como a de al-Mazamma, na costa norte de Marrocos, ou a da Mesas do Castelinho, em Almodôvar e o Castelo Velho de Alcoutim, ambos no *hinterland*, assim como os *ribâts* de Monastir e Susa, na Tunísia, ou os de Nakur e Šâkir, em Marrocos (Catarino, 1997-98; Fabião e Guerra, 1991; Gomes, 2002, 212, 213; Tâhirî, 2001, 283, 285).

As fortificações islâmicas mais recuadas apresentavam muralhas com planta quadrangular ou rectangular, defendidas por torres adossadas, semicirculares ou rectangulares, sendo o acesso ao seu interior realizado através de portas direitas, evidenciando continuidade na arquitectura dos acampamentos tardo-romanos e bizantinos.

Os mais antigos restos de muralha identificados, por ora, no actual território português, datam



Hisn de Paderne, Albufeira, séculos XII-XIII. Porta de entrada defendida por torre albarrã. Fotografia de M. V. Gomes

do século VIII, cercavam área urbana e foram reconhecidos em Silves. Detectados durante escavações arqueológicas do espaço onde hoje se ergue o Museu Municipal de Arqueologia daquela cidade, sobrepunham estratos com materiais datados nos séculos VI-VII e eram sobrepostos por estruturas mais tardias, a que se associavam cerâmicas similares a outras exumadas na alcáçova. Estas encontravam-se na base da longa sequência estratigráfica ali detectada, e para a qual obtivemos confirmação cronológica, através de duas análises efectuadas pelo método do radiocarbono, que indicam cronologias próximas e em pleno século VIII (Gomes, 1995; Gomes, 2002, 50). Peças afins, e que também documentam o início daquela presença, registaram-se nas áreas urbanas de Lisboa, Palmela, Alcácer do Sal e Mértola, mas, de igual modo, em grandes alcarias do Algarve, correspondendo a importantes explorações agrícolas romanas, como o Cerro da Vila (Loulé), Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) e Milréu (Faro), onde se observaram transforma-

ções, tanto na utilização dos antigos espaços como nos espólios.

Naquele último arqueossítio foram mesmo gravadas, sobre coluna pertencente a edifício religioso romano, seis grafitos islâmicos (Sidarus e Teichner, 1997).

Ainda outros locais revelam continuidades semelhantes, conforme se detectou na Quinta do Lago (Loulé) ou, recentemente, no Cerro das Relíquias (Alcoutim), onde existe o mais antigo palácio-fortaleza islâmico reconhecido no actual território português, local que permitia controlar o acesso a uma das mais remotas vias de penetração no vasto *hinterland*, alentejano e andaluz, o rio Guadiana.

A edificação acima referida, provida de planta rectangular, com torres rectangulares adossadas e integrada em recinto fortificado, evidencia antecedentes omíadas do Próximo Oriente, datados no século VIII (Catarino, 1997-98; Gomes, 2002, 213; Stierhin, 1997, 65-77).

No Gharb, entre as alterações evidentes na organização funcional das cidades, ocorreu a adaptação de muitos topónimos à sonoridade da língua árabe. Assim, *Olisipo* passou a chamar-se *al-Usbuna*, *Pax Iulia* denominou-se *Baja* e *Cilpes-Xelb*, entre outros, o mesmo acontecendo no Magrebe com *Iulia Tingi*, antiga designação de Tânger, com *Septem Frates* que deu origem a *Septa*, a Ceuta de hoje ou, ainda, com *Tynes-Tunis*. Transformam-se igrejas em mesquitas ou construíram-se novos locais de culto, ergueram-se palácios e depois alcáçovas, mas também mercados e banhos públicos dispendo, deste modo, tanto a cidade muçulmana peninsular como a norte africana do mesmo tipo de equipamento colectivo (Gomes, 1993; Tâhirî, 2001, 286). Porém, as especificidades de cada região irão, ao longo dos tempos, diferenciá-las impedindo, por isso, o reconhecimento de modelo único de cidade generalizável a todo aquele vasto território.

Nas duas regiões observam-se, no entanto, que a *medina*, na sequência dos conceitos que originaram a *polis* grega e depois a urbe etrusco-romana, constituiu o centro do poder religioso, político-jurídico e militar, com inata função de referência física e orientadora a nível ideológico, sendo capaz de ordenar o tecido social, como a estrutura económica e administrativa de território bem demarcado. Como é lógico, sem este não existiria a urbe.

O desenvolvimento das cidades, do Ocidente Peninsular ou do Magrebe, deve relacionar-se com a localização particular de cada uma, nomeadamente por dominarem territórios férteis, do ponto de vista agrícola, por se encontrarem próximas de centros mineiros ou da costa, onde o mar era rico em sal e abundante em peixe e marisco, ou por se situarem sobre importantes rotas comerciais.

Embora os recursos naturais das diferentes regiões tenham tido papel fundamental na valorização dos aglomerados urbanos, não podemos esquecer o incremento decorrente da introdução, com a islamização, de novas técnicas agrícolas, designadamente complexos sistemas de rega e, sobretudo, de diferentes cultivos, como o arroz, o algodão, a cana-de-açúcar, a amoreira, o limoeiro ou de plantas aromáticas, utilizadas para condimentar alimentos, além de outras com finalidades medicinais, e do desenvolvimento de espécies já conhecidas como a alfarrobeira, amendoeira, oliveira, figueira e a videira, capazes de proporcionarem significativos excedentes.

Algumas explorações agrícolas do Gharb teriam sido mesmo famosas, como os pomares de Sintra e do Algarve, as vinhas de Coimbra, os cereais da zona de Évora, os frutos secos de Silves, que se chegaram a exportar, atingindo mercados longínquos como o do Cairo (Arié, 1987, 226, 227; Lévi-Provençal, 1938, 197). No Magrebe ficaram conhecidas as exportações de trigo para o al-Andalus (Guichard, 1991, 172).



A proximidade do mar e os grandes estuários permitiu aos habitantes das cidades ribeirinhas, como Lisboa, Alcácer do Sal, Silves e Faro viverem, de igual modo, do sal, da pesca e da recolção de mariscos, conforme confirmam os seus restos, tanto de origem marítima como fluvial, encontrados nos níveis, muçulmanos, da medina e da alcáçova de Silves ou da medina de Mértola. No entanto, o peixe, depois de salgado e seco, poderia ser transportado e comercializado à distância.

Embora muito genérico, o modelo agora apresentado é aquele que, também, parece corresponder ao que pelo menos, em boa parte, acontecia do outro lado do estreito. Convém, contudo, registar o facto de no al-Andalus os reinos cristãos situados a norte constituírem também ao comércio, enquanto a sul do al-Magrebe o islão alastrava cada vez mais e as caravanas oriundas das ricas zonas meridionais do Sara, no Continente Africano, transportando ouro, marfim e escravos, chegavam às costas atlântica e

Hisn do Belinho, Portimão, séculos XII-XIII. Pormenor de pano de muralha. Escavações de Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes (Fotografia de M. V. Gomes)



Ponta do Castelo, Aljezur, séculos XII-XIII. Vista de uma das casas de aldeia de pescadores. Escavações de Rosa Varela Gome. Fotografia de M. V. Gomes

mediterrânica, estimulando o comércio e enriquecendo as elites.

Os produtos existentes em cada região, controlada economicamente por uma cidade, devido a eficaz exploração e à transformação artesanal, constituíram importantes valores de troca que, ao entrarem nos circuitos comerciais, proporcionaram riqueza aos seus habitantes permitindo-lhes adquirir peças exógenas, nas diferentes zonas islamizadas, como cerâmicas, vidros, pequenos móveis, perfumes, tecidos, joalharia, etc., que conferiam prestígio e estatuto social aos seus proprietários.

Previvem, dos primeiros tempos da permanência muçulmana no Gharb, vários elementos arquitectónicos, como lápide referente à reconstrução das muralhas de Évora, efectuada entre 914 e 915, após a sua destruição no ano anterior por Ordonho, depois rei de Leão, dado encontrarem-se em mau estado e entulhadas no exterior e, por isso, ineficazes. Poderá relacionar-se com aquela

campanha de obras sector de muralha posta à vista, recentemente, na Rua de Burgos daquela cidade.

O incidente mencionado, segundo a Crónica de Abd al-Rahmān III, terá dado origem a que diferentes cidades e povoações importantes mandassem, naquela altura, reparar as suas fortificações ou, no caso de as não terem, construírem-nas de novo.

Dispomos de raros capitéis exumados em escavações arqueológicas, realizadas em Silves, ou encontrados avulso tanto naquela cidade como em Montemor-o-Velho, Palmela, Alcácer do Sal, Évora e Elvas, entre outros sítios.

Aqueles testemunhos e, em particular os mais tardios, indicam, tal como o cofre da Sé de Braga, a presença do mesmo tipo de formas, técnicas e temáticas decorativas implementadas, no al-Andalus, pela política centralizadora do califa omíada, residente em Córdova. Naquele momento, procedeu-se, de igual modo, à construção ou reformulação de diversas alcáçovas, conforme se verifica na de Mérida ou na de Silves, com as funções que mantiveram até meados do século XIII, no actual território português. O palácio-fortaleza simbolizava o poder das aristocracias militares, representando uma nova ordem, agora independente do Oriente, tanto em termos religiosos como políticos e administrativos.

Registam-se nos contextos arqueológicos do século X, em ambas orlas do Mediterrâneo Ocidental, cerâmicas esmaltadas com decoração policroma, em tons de verde e castanho, produzidas tanto nas oficinas de Medinat-az-Zahra ou de Medinat Elvira, como nas de Kairouan, reconhecendo-se, eventualmente, o mesmo tipo de gosto, embora com distintas temáticas figurativas e particularidades ornamentais que permitem a sua diferenciação.

A reorganização peninsular, nos fins do século X e durante a centúria seguinte, em pequenos reinos independentes, dá origem à valorização de determinadas regiões, em função da riqueza dos

seus territórios, aliada a estratégia individual de defesa, reflectida no reforçar das muralhas das cidades onde residiam os centros político-administrativos e militares.

Eloquentes versos intitulados – *Evocação de Silves*, de al-Mutamide, o rei-poeta de Sevilha mas nascido em Beja e falecido em Agmat, em 1095, recordam, com saudade, os tempos que passou no Palácio das Varandas, daquela cidade algarvia, localizado no interior do *Alcácer* (Coeelho, 1975, 300-302). Aquela edificação começou, recentemente, a ser posta à vista, e dela subsistem, por ora, algumas paredes e magníficos estuques semelhantes aos recuperados na aljama de Saragoça ou aos recolhidos no Castelo de Montemor-o-Velho, da mesma época dos estuques exumados em Sedrata (Golvin, 1991, 240). São contemporâneos dos testemunhos assinalados o minarete da Mesquita de Moura, datado de 1052 e documentado através de lápide, assim como estelas funerárias recolhidas avulso nas áreas urbanas de Beja e Noudar (Borges, 1998, 230).

O prosseguimento das investigações arqueológicas no Gharb, deverá contribuir para melhorar o conhecimento de determinados elementos arquitectónicos, nomeadamente sobre as portas das medinas de Coimbra e de Faro, do Castelo de Veiros (Estremoz) ou referente ao Arco do Miradouro, de Elvas. No que concerne aos espólios e, sobretudo, em relação às cerâmicas, importa aprofundar estudos comparativos de modo a melhor fundamentar os reconhecidos contributos magrebinos das produções comuns, com as suas características decorações geométricas e os mecanismos da sua importação para o território peninsular.

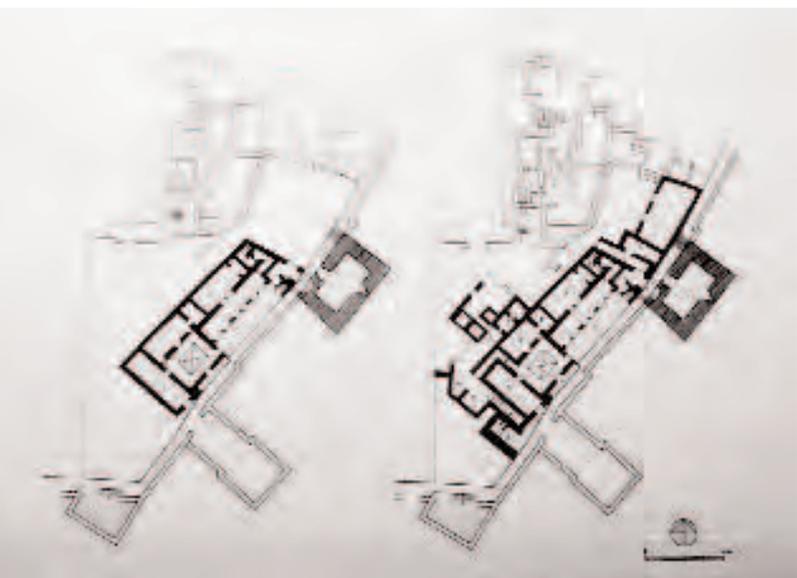
No Magrebe, os testemunhos obtidos nas escavações de Sabra ou na Qal'a dos Banud Hamad e, em particular, os estudos respeitantes à arquitectura e temáticas decorativas próprias dos Zíridas, constituem aspectos fundamentais para uma maior compreensão do período que temos

vindo a referir, como da génese das influências culturais verificadas no Mediterrâneo Ocidental durante as duas centúrias seguintes.

A integração nos impérios Magrebinos, com Almorávidas e Almóadas

Os testemunhos melhor conservados que, no Gharb al-Andalus, previvem do Período Muçulmano, correspondem ao século XII e ao início do século XIII. Deste período subsistem alguns importantes dispositivos defensivos mas, também, mesquitas, palácios, casas, complexos de banhos, poços, cisternas, celeiros, silos, diversos elementos arquitectónicos, de mármore ou estuque, e importante espólio decorrente das actividades quotidianas, abandonado no interior dos espaços habitacionais ou lançado para lixeiras e que, nos últimos anos, tem sido possível recuperar e estudar.

Certa instabilidade, política e administrativa, além de frequentes alterações fronteiriças, acontecidas na Península devido aos confrontos entre os reinos cristãos e os muçulmanos, ou no Magrebe entre diferentes tribos, conduziram, como seria de esperar, à consolidação e remodelação de fortificações existentes, assim como à construção de equipamentos específicos (celeiros, silos e cisternas), que permitissem aos residentes, nos agregados urbanos ou rurais, e àqueles que ali se refugiassem, resistirem em caso de perigo e aos cercos prolongados, problemática descrita na conquista cristã, em 1189, de Silves. Esta cidade era, na altura, opulenta capital do Ocidente Peninsular e dela dependia a segurança de vasta região, assente em importante sistema defensivo cujas origens devem remontar a tempos mais antigos, sendo constituído por fortificações que delimitavam núcleos urbanos, como Lagos, Faro, Loulé e Tavira, por povoações amuralhadas, como Albufeira, Salir e Castro Marim, ou defendidas por castelos, como Alvor, Estombar, Aljezur, Cacula ou



Palácio islâmico do Castelo de Silves, séculos XII-XIII. Reconstituição gráfica e plantas vendo-se as duas fases construtivas. Escavações de Rosa Varela Gomes. Desenho de R. V. Gomes e M. V. Gomes

Mértola, mas também por *ribât* como o da Arrifana, e, ainda, por pequenas fortificações (*husun*), como o Castelo Belinho, Castelo de Alferce, Castelo de Paderne, de Porches ou o da Cola. Este sistema integrava rede de torres atalaias, localizadas junto das arribas litorais, como as de Alfanzina, Almádena, Lapa, entre outras.

Os dispositivos mencionados, além de protegerem os agregados urbanos situados próximos do mar, defendendo-os da pirataria, vigiavam os principais caminhos, assim como as zonas de passagem entre o Baixo Alentejo e o Algarve permitindo, por isso, uma mais segura circulação de pessoas e bens. Eles serviam de refúgio, em caso de perigo, aos habitantes das alcarias e das propriedades agrícolas.

Política similar deve ter ocorrido no Magrebe com a construção, pelos Almorávidas, das fortificações de Zagora e Amergo, assim como de rãbitas costeiras que, conjuntamente com torres atalaias defendiam o vasto litoral norte-africano. Ulteriormente, com as comunidades almóadas, procedeu-se tanto à construção como a trabalhos de consolidação e restauro das muralhas que cer-

cavam urbes importantes como Fez, Marraquexe, Tremecém e Taza (Argélia), (Lillo, 1995, 147-149).

O ingresso nas medinas ou nas alcáçovas efectuava-se pelas portas defendidas por diferentes soluções: entradas direitas, ladeadas por torres, conforme se detectou na primeira fase de construção da Porta da Medina, de Silves, ou nas entradas da Fortificação de Amergo, assim como na Porta de Bahr al-Khamis, em Meknès, datada do século XII; protegidas por duas torres albarrãs, como exemplifica a Porta de São Gonçalo, de Lagos; possuindo duas entradas, átrio e guardada por duas torres, conforme se verifica na alcáçova de Silves; protegidas através de entrada em cotovelo, segundo modelo presente tanto no Arco do Repouso, em Faro, como na segunda fase de construção da Porta da Medina, de Silves, e, ainda, na porta de entrada no Castelo de Paderne ou em Zagora, onde coexistem portas de entrada direitas com outras em cotovelo (Gomes, 2002, 106, 107; Lillo, 1995, 149; Hattstein, 2001, 305).

Sob o domínio dos impérios magrebinos edificaram-se torres poligonais, como as de

Tavira e Silves, estas já destruídas, que poderiam ter constituído reprodução de tipo de dispositivo defensivo mais antigo, conforme poderá indicar a Torre de Bury Younga, em Tunis, ou as que alternavam com torres circulares no *ribât* de Monastir (Mazot, 2001, 139). As torres poligonais algarvias, que referimos, estavam associadas a couraças. Estas registam-se, também, em Mértola e Alcácer Ceguer e tinham como principal função permitir a ligação das muralhas que cercavam as urbes, através de torres e passadiços, a um rio ou fonte situados nas proximidades.

Torres avançadas ou albarrãs, algumas com matacães, facilitavam a defesa dos panos de muralha e intercalavam, em certos casos, com torres rectangulares adossadas, como acontece tanto na medina como na alcáçova de Silves. Nesta cidade, as torres albarrãs e, em particular, a que defende a Porta da Medina já existia em 1189, sendo referida no texto do cruzado anónimo que terá participado, naquela data, na sua primeira conquista cristã (Pimenta, 1982, 166).

Para melhor proteger as bases das muralhas construíram-se barbacãs ou antemuros, ainda visíveis tanto em Amargo como nas muralhas de Taza, no Magrebe.

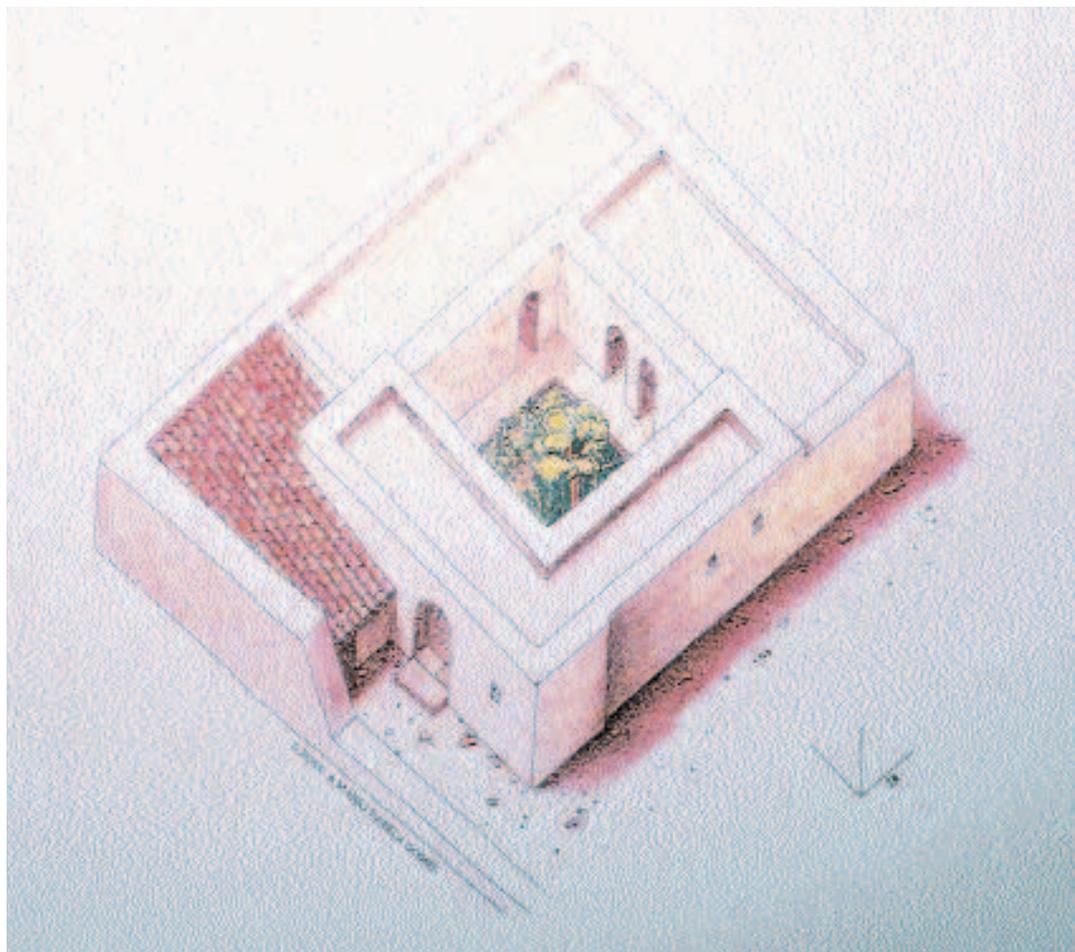
Os *husun* existentes no Barlavento Algarvio apresentam planta subquadrangular ou subrectangular. Esta morfologia pode indicar cronologia recuada e, apesar dos escassos materiais estudados de algumas daquelas fortificações indicarem datação compatível com os últimos tempos da presença muçulmana, não devemos liminarmente afastar a hipótese de elas terem previvido dada a sua importância funcional e, em particular, a posição estratégica que ocuparam.

As muitas torres atalaias que temos registado na costa do Algarve, além de integrarem o sistema defensivo que temos vindo a mencionar poderiam, de igual modo, ter servido como fochos. Assim se facilitavam as rotas marítimas, feitas normalmente à vista de costa, alertando a sua



presença, durante a noite, para acidentes como os promontórios, que constituíam um dos principais perigos para a navegação. A defesa tanto do litoral como das zonas fronteiriças através da construção de torres atalaias, estrategicamente instaladas, terá sido implementada, no Gharb, durante o califado Omíada tal como aconteceu no Magrebe, mas promovida pelos Aglábidas. Também os minaretes das rábitas costeiras peninsulares e norte-africanas poderiam ter sido utilizados como torres de vigia, conforme se reconhece em relação ao convento-fortaleza de

Área urbana de Silves. Reconstituição gráfica de casas islâmicas dos séculos XII-XIII. Desenho de R. V. Gomes e M. V. Gomes



Monastir, na actual Tunísia, e ao *ribât* da Arrifana, no Algarve (Mazot, 2001, 139).

Diferentes documentos muçulmanos mencionam, no al-Andalus, a presença de *ribâts*, rábitas ou arrábidas, de que subsistem alguns topónimos. No entanto, no Gharb só se conhece o recém identificado *ribât* da Arrifana (Gomes e Gomes, 2004). Este localiza-se no litoral Sudoeste, na pequena península denominada Ponta da Atalaia, situada a pouco mais de meia dúzia de quilómetros a poente de Aljezur. Escavações arqueológicas recentes permitiram pôr a descoberto restos de quatro

mesquitas, com diferente constituição e forma, mas todas com a *qibla* e respectivo *mihrab* (nicho sagrado) irreprensivelmente orientados para Meca, tal como restos de minarete, depois transformado em torre atalaia e gerando o microtopónimo pelo qual o local é conhecido.

Informações de carácter histórico indicam que o *ribât* da Arrifana terá sido mandado construir, por Ibn Qasî, em torno a 525 H (1130) e abandonado em 546 H (1151), aquando do assassinato do mestre sufi, certamente depois de muitas obras de ampliação e reestruturação, crono-

logia que corresponde à da maioria dos materiais arqueológicos exumados.

É bem possível que, naquele local, tenha sido escrito a célebre obra de Ibn Qasî, *O Descalçar das Sandálias*, cujo manuscrito ou cópia foi oferecido, por um dos seus filhos e seguidor, a Ibn al-Arabi (1165-1240), e a quem se deve significativo comentário, como ali nasceu o movimento místico que proporcionou o suporte ideológico da revolta contra Almorávidas e Almóadas, tal como a tentativa da fundação de estado teocrático.

A arquitectura da arrábida da Arrifana, com as suas mesquitas de pequenas dimensões, os espaços a elas anexos e o minarete, constituem importante novidade no panorama das edificações religiosas islâmicas, não só no actual território nacional, onde é único, mas em termos peninsulares, dado dispormos, apenas, como paralelo, do *ribât* de Guardamar (Alicante), mais antigo cerca de uma centúria (Azuar Ruiz, 1989, 209). Por outro lado, contrariamente ao que acontece em Guardamar, não só conhecemos o nome, como grande parte da vida e obra do fundador do *ribât* da Arrifana, sendo possível deduzir os firmes propósitos da sua fundação ou as causas do seu abandono e destruição, através de factos bem balizados em termos históricos e cronológicos.

A análise arquitectónica permitiu identificarmos três grandes momentos construtivos no *ribât* da Arrifana. O mais antigo corresponde ao «muro de orações» que existiu na extremidade da Ponta da Atalaia, ao qual se sucedeu outro que incluiria as três mesquitas com *mihrab* de planta quadrangular ou rectangular, reflectindo período de grande afirmação religiosa e, por fim, o terceiro integra obras de ampliação ou de renovação, conforme ilustra a grande mesquita, provida de *mihrab* com planta de forma semicircular (Gomes e Gomes, 2004).

Aquele tipo de construções com finalidades religiosas e militares e, em particular, as locali-

zadas junto à costa, encontram-se, normalmente, relacionadas com os inícios da ocupação de territórios, integrando a sua defesa ou, também, estratégia ligada à perspectiva de novas conquistas. Contudo, surgiram rábitas que reflectem alterações, religiosas ou políticas, no seio de territórios já islamizados, promovidas pelas comunidades almorávidas que implementam o «espírito do *ribât*» nas zonas costeiras, período que corresponde ao da Arrifana e, também, pelos almóadas, como exemplificam a de Tit (Mazagão) ou a de Rabat (Azuar Ruiz, 1995, 75).

Nos núcleos urbanos a mesquita principal (*mashjid jamî*), localizada no seu ponto mais elevado e normalmente junto à alcáçova, constituía referência incontornável para qualquer muçulmano. Com Almorávidas e Almóadas verificaram-se alterações na estrutura do espaço de orações, assim como na decoração do interior das mesquitas, conhecendo-se, em Portugal, além das mesquitas que integram o antes referido *ribât* da Arrifana, apenas a Mesquita de Mértola (Ewert, 1973). Esta, embora adaptada a templo cristão, ainda possui a *qibla*, onde se abre o *mihrab*, delimitado por arcos polilobulados, de estuque, decorados com motivos fitomórficos. São seus contemporâneos estuques que se observam na nave que antecede o *mihrab* da mesquita almóada de Tinmal, assim como os estuques que exumámos no palácio almóada da alcáçova de Silves (Lillo, 1995, 154, 155; Gomes, 2004, 58-64).

Naquela última cidade terá existido *madrasa*, documentada através de bocal de poço, ornamentado com profusa iconografia de carácter religioso, onde se reconhecem motivos profiláticos e apotropaicos (Gomes e Gomes, 2000). Este importante elemento arquitectónico, talhado em monólito de arenito vermelho, foi descoberto, *in situ*, sobre pequena cisterna e tal como o bocal de poço, com inscrições alcorânicas, reconhecido em Ceuta, pertenceria ao pátio da *madrasa*, estando esta localizada junto à mesquita.

A *madrasa* e a mesquita principal de Silves situavam-se à mesma cota da alcáçova e próximas desta, junto à confluência de duas importantes vias de comunicação, denominando-se, ainda hoje, uma delas, Rua da Azóia, certamente aludindo àquele templo. No local onde actualmente se ergue a Sé, construída no século XIV, terá possivelmente existido templo cristão, conforme sugerem testemunhos antigos e o achado de capitéis romanos e visigóticos.

Também algumas torres sineiras de certas igrejas podem constituir previvências de antigas mesquitas, conforme parece acontecer com a da Igreja de São Clemente, em Loulé.

No Gharb existiu importante centro religioso considerado, por cristãos e aceite como tal por muçulmanos devido à santidade dos residentes, local de grande devoção – a Igreja do Corvo (*Kanīsat-al-Gorah* ou *Kinīcet al Corabb*). Esta situava-se sobre o *Promunturium Sacrum* e, a alguma distância, para Oriente, localizava-se a serra de Monchique-*Munt Sāquir* ou a montanha sagrada para os muçulmanos (Gomes, 2002, 114). No Magrebe, ainda hoje, constituem locais venerados e de peregrinação os vários marabutos existentes, constituídos por pequenos templos onde residiram ou estão sepultados homens santos, não raro implantados em locais ermos e junto à costa (Hattstein, 2001, 301).

Entre o que hoje podemos denominar o equipamento social das cidades islâmicas, encontravam-se os banhos públicos, não invalidando a existência do *hamman* privado na residência de certas elites. Aqueles edifícios erguiam-se, normalmente, próximo da mesquita ou junto a uma das portas das cidades, tal como acontecia em Lisboa, onde o nome dessa entrada se denominava *Bab-al-hamman*, com clara alusão aos balneários. Estes, ainda hoje, são numerosos no Magrebe, embora os exemplos mais recuados, como o da Qal'a dos Banud Hammad ou o de Zagora, estejam documentados (Maldonado, 1990, 306).

O complexo de banho islâmico, melhor conservado, que se conhece no actual território português foi reconhecido em Silves. Era constituído por oito compartimentos, de planta rectangular, adossados ao pano interior da muralha da medina, próximos de uma das mais importantes portas. Especificidades arquitectónicas daquelas salas, transformadas em lojas, como a localização, disposição, dimensões e, designadamente, a espessura das paredes ou a elevada altura dos seus compartimentos, além de significativas referências documentais e de paralelos com edifícios similares, conduziram ao seu reconhecimento (Gomes, 2002, 111-113).

Os espaços habitacionais islâmicos, melhor conservados, foram identificados nas áreas urbanas de Lisboa, Mértola ou Silves, pertencendo à fase final daquela permanência nas urbes referidas. Elas incluem-se em dois modelos arquitectónicos, bem distintos, que reflectem acentuadas diferenças socioeconómicas dos seus habitantes.

Ao modelo mais singelo, detectado nas zonas pertencentes às antigas medinas, correspondem restos de vivendas, de distintas dimensões, que têm como característica comum serem edifícios térreos, construídos em taipa, cujos espaços se articulam em torno de pequeno pátio central ou jardim, com passeador. Dispunham de instalações sanitárias, ligadas a fossas sépticas ou a redes de esgotos, assim como cobertura em terraço ou em telhado.

O segundo modelo integra as habitações de tipo palatino, mostrando maiores dimensões. Entre elas podemos referir sector de pátio interior anexo a complexo de banhos posto à vista na alcáçova de Silves, ainda em fase de escavação, que pertenceria ao palácio do governador daquela cidade. Esta área habitacional encontra-se separada, através de rua, de uma outra, correspondendo de igual modo ao palácio, mas de menores dimensões, que já foi integralmente explorada.

A última edificação mencionada possuía dois pisos, cobertura com telhado e desenvolvia-



-se em torno de dois pátios, possuindo diversos compartimentos, incluindo, ainda, instalações sanitárias, complexo de banhos privado, servido por depósitos de água e hipocausto. O acesso ao interior desta casa fazia-se através de longo corredor que permitia, de igual modo, a entrada em torre rectangular que se encontra adossada à muralha da alcáçova. Trata-se do único palácio até ao momento identificado no actual território português e o conjunto de estuques recuperado no seu interior é, também, raro.

A ulterior reutilização dos palácios magrebinos, almorávidas e almóadas, dificulta o seu estudo. De facto, no Norte de África, previnem grandes áreas palatinas abandonadas, localizadas no exterior de importantes núcleos urbanos, edificadas pelos Aglábidas e Fatímidas que, por serem mais antigas, podem ter constituído modelo para a construção de Medinat-az-Zahra que, na Península Ibérica, representa o exemplo com maior monumentalidade e mais divulgado da arquitectura civil aristocrática, como para outras edificações posteriores.

Todos os núcleos urbanos, rurais e estruturas defensivas deviam possuir reservatórios de água, conforme documentam as cisternas dos *husun* da Cola, Paderne e Alferce, entre outros, ou o monumental *aljibe* do Castelo de Silves, com capacidade para armazenar mais de 1 300 000 litros de água e similar ao de Sofra em Tunis (Maldonado, 1990, 24, 27; Mazot, 2001, 138).



Castelo de Silves. Loiça de mesa, séculos XII-XIII.
Fotografia de M. V. Gomes

Castelo de Silves. Loiça de cozinha, séculos XII-XIII
Fotografia de M. V. Gomes

Em Silves, além do monumental depósito de água da alcáçova, e de outros ali existentes de menores dimensões, encontra-se, na medina, magnífico Poço-Cisterna, hoje Monumento Nacional, adossado ao paramento interior da muralha, e hoje integrado no espaço do Museu Municipal de Arqueologia daquela cidade. Pode ser contemporâneo das duas construções antes mencionadas, a grande cisterna situada junto da mesquita principal de Marraquexe. Aqueles depósitos constituem importante equipamento tanto em períodos de seca, como em caso de cercos prolongados.

A água, além de ser fundamental à sobrevivência humana era ainda, para o islão, presença constante nos rituais religiosos, conferindo acréscimo à sua importância.

Os silos (*matmûras*) permitiam guardar cereais e frutos secos a longo termo e registam-se em todo o Sul de Portugal, tanto os de pequenas dimensões, sendo mais raros os que atingem oito e mais metros de profundidade, conforme exemplares da alcáçova de Silves. Os grandes silos reflectem, também, a excelente produção agrícola de uma região, como os cereais ali conservados poderiam ser redistribuídos pela população em momentos de crise. Também no Magrebe se conhecem estruturas subterrâneas idênticas, espalhadas pelos pequenos núcleos rurais ou nas áreas urbanas, constituindo os que apresentam maiores dimensões, ou conjuntos de outros

menores, verdadeiros celeiros em áreas palatinas e onde se acumulariam excedentes e, quiçá, o resultado de impostos como o *zakat*.

No exterior dos núcleos urbanos localizavam-se as necrópoles de que previvem testemunhos em Loulé, Silves, Mértola, Beja, Évora ou Lisboa. Nas zonas periurbanas situavam-se os estaleiros de construção naval, assim como áreas portuárias e industriais, em medinas como as de Alcácer do Sal, Silves e Ceuta.

Agregados populacionais de diferentes dimensões e importância completavam a rede de povoamento do Ocidente peninsular. Entre eles podemos mencionar o arqueossítio da Alcaria Longa ou outros estabelecimentos agrícolas, identificados tanto na zona de Silves como de Tavira. Pequena aldeia de pescadores que reconhecemos, recentemente, na zona da Carrapateira, em Aljezur, constitui, por ora, o único exemplo na Península e dela subsistem nove estruturas habitacionais, constituídas por uma única divisão, com planta rectangular, edificadas em taipa mas com enrocamento de pedra. Algumas conservavam vestígios de estruturas de combustão e cerâmicas, assim como restos de fauna marítima e terrestre. A localização deste assentamento, em alta arriba sobranceira ao mar, indica ter formado pequeno povoado, possivelmente sazonal, onde os residentes se dedicavam à exploração dos recursos marinhos e, nomeadamente, à caça da baleia. A subsistência dos residentes seria complementada, consoante as estações do ano, através da actividade agropecuária (Gomes, Assunção e Miranda, 2001).

O quotidiano doméstico era, certamente, similar nas duas orlas do Mediterrâneo Ocidental, muito embora os espólios exumados nos assentamentos urbanos se diferenciem dos recuperados em meios rurais. Assim, verifica-se a presença de peças com o mesmo tipo de forma e de técnicas decorativas tanto em Silves, Tavira, Alcácer do Sal, Belyounech, Alcácer Ceguer e Ceuta,

indicando o mesmo tipo de influências e, em particular, de gosto (Bazzana e Montmessin, 1995; Cardenal, 1980; Redman, 1986, 116-124).

Certas temáticas decorativas, como os arcos ultrapassados, registam-se sobre a superfície exterior de grandes talhas de Silves mas foram, de igual modo, figurados nas escadas do *minbar* almorávida, realizado de madeira, da *Kutubya* de Marraquexe. Arcos polilobulados associados a linhas incisivas verticais, de modo a sugerirem arcarias, observam-se estampilhados em talhas de Ceuta e Silves onde, nesta última cidade, encontramos matrizes, almóadas, com onze lóbulos, semelhantes aos arcos de *mihrab* do Mosteiro de Bou Jeloud, em Fez, fundado por Abu Yusuf Ya'qub al-Mansur, permitindo reconhecer a mesma iconografia arquitectónica tanto em grandes monumentos como em peças de cerâmica suas contemporâneas.

A casa medieval islâmica não seria pródiga em mobiliário e utensílios, abrangendo a economia de meios quase todos, exceptuando as elites que podiam adquirir e fruir de maior número de bens, sobretudo alguns exógenos e sumptuários. Estas dispunham, como é lógico, de espaços maiores, com arquitectura mais complexa, correspondendo às construções mais modestas menor espólio. Todavia, entre os diferentes pontos daquela escala encontram-se ocorrências comuns, como por exemplo as cerâmicas de ir ao fogo e que tanto eram usadas nas modestas cozinhas das populações economicamente mais carenciadas ou nas da mais abastada nobreza.

Os artefactos recuperados nas intervenções arqueológicas informam-nos sobre as principais actividades desenvolvidas nas áreas habitacionais. Além dos trens de cozinha com cerâmica de ir ao fogo, de armazenamento e de mesa, encontramos lucernas e lamparinas, restos de móveis, peças de fusos e de rocas, utilizados pelas mulheres de cada casa na fiação da lã e do linho, supondo manufactura de certos tecidos, a par de



objectos de carácter lúdico, como brinquedos e peças de jogos, de utensílios utilizados na higiene pessoal (pinças e frascos de perfumes) mas também adereços (alfinetes de cabelo e jóias).

Na grande maioria das casas muçulmanas, do Gharb e do Magrebe, as refeições eram tomadas junto do fogo, onde eram cozinhadas. Assim impunha a economia de espaços e de movimentos, aproveitando-se a iluminação proporcionada por aquelas estruturas de combustão, como o aconchego produzido pelo seu calor nos dias de clima mais rigoroso. Os alimentos eram consumidos em recipientes de uso colectivo, como as grandes taças ou até nas vasilhas em que foram cozinhados, no caso das frigideiras e tachos. Os líquidos eram servidos em jarros e jarras, utilizando-se, também, para se beber tanto os púcaros como as taças. Estas, de menores dimensões, poderiam servir para conter condimentos, nomeadamente o sal e especiarias mas, de igual modo, para o consumo individual de certos alimentos. Algumas facas ajudavam a partir os alimentos que eram consumidos com as mãos.

Ao acervo acima referido faltam, por certo, os utensílios produzidos de materiais perecíveis e que raramente se conservaram, mas que sabemos terem existido nas mesas islâmicas, designada-

mente recipientes de diferentes fibras vegetais entrançadas, assim como colheres de madeira.

Nas casas mais abastadas a mesa era armada no salão, perto da alcova, quando esta existia, onde se recostava o proprietário durante os repastos. Os alimentos eram servidos e consumidos no mesmo tipo de recipientes antes mencionados, embora apresentassem formas e decorações mais requintadas, recorrendo-se, desde cedo, às cerâmicas esmaltadas policromas importadas e, mais tarde, às produções peninsulares ou norte-africanas, a par de peças vidradas ou, durante os Períodos Almorávidas e Almóada, esmaltadas, decoradas com reflexo metálico, por estampilhagem, esgratitados ou com decorações plásticas.

A par dos pratos principais que constituíam as refeições, a mesa era completada com bonitas taças de pé, algumas com forma carenada e cobertas com tampa, onde se serviam frutos secos (acepipes), condimentos e molhos, tal como doces. Além das peças de cerâmica, podiam surgir, nestas mesas fartas, recipientes de cerâmica ou vidro (jarros), que continham água ou, até, vinho.

Nos dias escuros e durante a noite dispunham-se na mesa lucernas e, mais tardiamente, lamparinas de pé alto. Os lavabos de cerâmica faziam ainda parte do serviço de mesa. No salão encontram-se, também, queimadores que tanto aqueciam o ambiente como o purificavam através das essências neles queimadas.

Algumas moedas de ouro ou de prata traduzem o grande desenvolvimento comercial, alguma estabilidade económica e aspectos da propaganda político-religiosa.

Daqueles tempos previvem, ainda, tanto no sul do actual território português como no Magrebe, métodos agrícolas e de exploração de recursos naturais, processos de edificação de habitações, variados aspectos da produção artesanal, nomes de coisas e de sítios, encantamentos e superstições, mas ainda boa parte da fisio-nomia e da maneira de ser das populações.

Castelo de Silves. Queimador de essências, séculos XII-XIII. Fotografia de M. V. Gomes